



**Ata da primeira reunião ordinária da Assembleia de Freguesia.**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Caldelas do ano de dois mil e dezoito, no salão nobre da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, sob a presidência de Sérgio Nuno Pereira de Araújo e secretariada por José Inácio da Fonseca e Eliana de Moraes Pimenta, e com a seguinte ordem de trabalhos:

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Leitura e aprovação das atas seguintes:
  - 3ª sessão ordinária de 2017, realizada a 28 de dezembro de 2017;
  - 1ª sessão extraordinária de 2018, realizada a 26 de março de 2018.
2. Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia.
3. Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

4. Aceitação da doação de parcelas de terreno na rua da Charneca e na rua Bento Ribeiro Salgado Barreto.
5. Análise e discussão do relatório de auditoria com referência a 23 de outubro de 2017.
6. Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões.
7. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2017.
8. Apreciação do Inventário.
9. Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental do ano de 2018.

O presidente da Mesa declarou aberta a sessão e passou a saudar a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito da Assembleia de Freguesia a todos os presentes.

Começou por dar conta da chegada à Mesa dos seguintes pedidos de substituição: José Agnelo Crato Guimarães Azenha Pires pelo Partido Socialista e José Maria Fernandes Ferreira Gomes, Sara Daniela Martins Marques Silva pela coligação de partidos Juntos por Guimarães.



Sendo o edital convocatório distribuído previamente, emitido e publicado a treze de abril do ano de dois mil e dezoito, o presidente da Mesa solicitou à Assembleia a dispensa da sua leitura, que foi aceite por unanimidade. De seguida, procedeu-se ao registo das presenças em folha própria dos seguintes membros: Sérgio Nuno Pereira de Araújo, José Inácio da Fonseca, Eliana de Moraes Pimenta, António Augusto da Silva Mendes, José Alexandre Maia Freitas, José Horácio da Silva Nogueira, Ana Isabel Gonçalves Garcia e Hélder Rui Andrade da Silva pelo Partido Socialista; Manuel José Araújo Ribeiro, Constantino João Quintas Veiga, Sónia Cristiana Ferreira Mendes, Vítor Alves Machado e Carlos Franclim Matos Freitas pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

**Ponto um – Leitura e aprovação das atas seguintes:** \_\_\_\_\_

- 3ª sessão ordinária de 2017, realizada a 28 de dezembro de 2017; \_\_\_\_\_
- 1ª sessão extraordinária de 2018, realizada a 26 de março de 2018. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa propôs à Assembleia a dispensa da leitura das atas, em virtude de as respetivas propostas terem sido antecipada e atempadamente enviadas a todos os membros da Assembleia, o que foi aceite por unanimidade. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa abriu as inscrições para discussão das seguintes atas e, não tendo havido inscrições, colocou-as à aprovação. \_\_\_\_\_

A ata da 3ª sessão ordinária de 2017, realizada a 28 de dezembro de 2017, foi aprovada com 11 votos, 7 do Partido Socialista e 3 da coligação de partidos Juntos por Guimarães, havendo 3 abstenções devido a não terem estado presentes nesta sessão, a saber: Hélder Rui Andrade da Silva pelo Partido Socialista e Constantino João Quintas Veiga, Vítor Alves Machado pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

A ata da 1ª sessão extraordinária de 2017, realizada a 26 de março de 2018, foi aprovada com 6 votos do Partido Socialista, havendo 7 abstenções devido a não terem estado presentes nesta sessão, a saber: José Alexandre Maia Freitas, Ana Isabel Gonçalves Garcia pelo Partido Socialista e Manuel José Araújo Ribeiro, Constantino João Quintas Veiga, Sónia Cristiana Ferreira Mendes, Vítor Alves Machado, Carlos Franclim Matos Freitas pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_



**Ponto dois – Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia.** \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa questionou o Público sobre o interesse em se inscreverem para pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia. Inscreveram-se os cidadãos Sérgio Augusto Cunha Machado (com o assunto do acesso à informação), Ângelo Manuel Ribeiro de Freitas (com assuntos de interesse geral da Freguesia e alteração ao regimento) e Armando Abreu (com assuntos de interesse geral da Freguesia). \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa realçou que, de acordo com o regimento, as interpelações são efetuadas aos membros desta Assembleia e a resposta do Executivo da Junta é facultativa; caso seja favorável será no final de todas as intervenções do Público. Também solicitou que, dentro do possível, as intervenções fossem concisas e objetivas. \_\_\_\_\_

Sérgio Augusto Cunha Machado, depois de cumprimentar os presentes, efetuou um pedido pessoal sobre a possibilidade de disponibilização online, no sítio oficial da Junta de Freguesia de Caldelas, das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias e respetivos anexos, caso os haja, do Executivo da Junta e da Assembleia de Freguesia. Nas duas petições entregues à Mesa, dirigidas a cada um dos Órgãos Autárquicos, pretende uma apreciação e deliberação dos pedidos, com base no fundamento que se contribuirá para uma política e uma democracia de maior proximidade e transparência. \_\_\_\_\_

Ângelo Manuel Ribeiro de Freitas, depois de cumprimentar os presentes, defendeu que as intervenções do Público deviam ser ordenadas para o final das sessões, para que desta forma seja dada oportunidade ao Público de obter esclarecimentos adicionais sobre assuntos tratados na ordem de trabalhos das sessões, tornando-as mais próximas dos cidadãos e mais democráticas. No segundo assunto pretendeu esclarecimentos sobre a requalificação da Rua Bento Salgado Barreto, que entende estar a ser executada com erros estruturais, nomeadamente, fios aéreos e um poste dos CTT no meio do passeio para peões. \_\_\_\_\_

Armando Abreu, depois de cumprimentar os presentes, pretendeu esclarecimentos sobre as intervenções da Vimágua na Rua Comandante Carvalho Crato, aquando das roturas de condutas de água da rede. Entende que foram executadas com erros de repavimentação, \_\_\_\_\_



nomeadamente, na colocação de remendos com misturas betuminosas débeis que se esboroaram em ambas as intervenções efetuadas, provocando resvalo de cascalho, mau aspeto e entupimento nos sumidouros. \_\_\_\_\_

Nenhum dos deputados da Assembleia manifestou interesse em intervir. De seguida, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia, que já tinha previamente anuído em responder às questões levantadas pelo Público. Depois de cumprimentar os presentes e agradecer aos três cidadãos que intervieram, referiu que: i) Dirigindo-se em primeiro ao presidente da Assembleia de freguesia, e passa-se a citar entre aspas “há toda a disponibilidade em dar apoio, alojar online no sítio oficial da Junta de Freguesia e publicitar os documentos que, eventualmente, venham a ser distribuídos, discutidos, debatidos, aprovados pela Assembleia de Freguesia”; ii) Na requalificação da Rua Bento Salgado Barreto devemos aguardar pela conclusão das obras e que o Executivo da Junta tem estado muito atento ao desenvolvimento da obra tendo já efetuado inúmeras alterações ao projeto inicial, muitas delas através de propostas dos cidadãos moradores dessa rua, constituindo-se atualmente uma versão bem melhorada do projetado inicialmente; iii) Na sequência de reporte efetuado anteriormente pelo cidadão Armando Abreu, a Junta de Freguesia já tinha denunciado o problema à empresa Vimágua e fá-lo-á novamente. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa informou, em resposta ao cidadão Sérgio Augusto Cunha Machado, que no momento não está em condições de dar uma resposta definitiva, pois carece de auscultação dos deputados da Assembleia e do Executivo da Junta de Freguesia, no entanto, com a maior brevidade possível, ser-lhe-ão facultadas as respetivas respostas. Em resposta ao cidadão Ângelo Manuel Ribeiro de Freitas, referiu que todos os cidadãos inscritos falarão sempre e relativamente à colocação da intervenção do Público no final das sessões, o assunto está a ser objeto de análise pela comissão de alteração do regimento desta Assembleia. \_\_\_\_\_

**Ponto três – Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo.** \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa deu nota dos convites e representações da Assembleia de Freguesia, na sua pessoa em que esteve presente: i) Convite da Junta de Freguesia de Caldelas e pelo Núcleo de Estudos do 25 de Abril a participar na palestra “Abril: ontem, hoje e sempre!”, que se realizou no dia 20 de abril, pelas 21h00, na sede daquele Órgão Autárquico; ii) Convite da Junta de Freguesia de Caldelas a participar na iniciativa “2 Séculos de património termal nas Taipas (1818-2018)”, que se realizou no dia 18 de abril, pelas 16h30, inserida no programa nacional que



assinhou o dia internacional dos monumentos; iii) No passado dia 16 de janeiro de 2018, chegou à Mesa da Assembleia de Freguesia, dirigido ao seu presidente, um requerimento do eleitor n.º 6.394 – Sr. Sérgio Augusto Sousa da Cunha Machado, através do qual solicitou a entrega duma cópia da ata da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, que decorreu no dia 28 de dezembro, que será oportunamente disponibilizada. \_\_\_\_\_

Dando continuidade a este ponto da ordem de trabalhos, inscreveram-se para intervir os deputados Hélder Rui Andrade da Silva e Ana Isabel Gonçalves Garcia pelo Partido Socialista e a deputada Sónia Cristiana Ferreira Mendes pela coligação de partidos Juntos por Guimarães.

O deputado Hélder Rui Andrade da Silva na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre parêntesis retos, [O Partido Socialista congratula os atletas de clube de Rope Skipping das Taipas apurados para o campeonato nacional, Margarida Fernandes, atleta do CART pela convocatória para a seleção nacional sub-19, o músico Sérgio Silva pelo 2º prémio da categoria infantil no concurso internacional de instrumentos de sopro “Terras de la Salette”, a música Anita Oliveira pelo 1º lugar na sua categoria no concurso internacional de saxofone “Adolphe Sax” em Paris, Joaquim Carlos Lopes pelo 1º lugar no duatlo de Cerveira no escalão 50-54 tendo obtido o 2º lugar na classificação geral, o Núcleo de Estudos do 25 de Abril pelas várias iniciativas organizadas de comemoração do 25 de Abril na Vila e os SMARTINI por fazerem parte do cartaz do melhor festival de música do País em Paredes de Coura.]. \_\_\_\_\_

A deputada Sónia Cristiana Ferreira Mendes na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “A coligação Juntos Por Guimarães apresenta congratulações à atleta do CART Margarida Fernandes que integra o estágio final da Seleção Nacional de voleibol, à atleta Taipense Margarida Fernandes foi escolhida para o lote de 12 atletas que disputam na Alemanha a segunda ronda de qualificação para o campeonato da Europa de 2018, aos Molinhas pelo apuramento de 30 atletas Taipenses para o nacional de Rope Skipping a realizar-se em Junho na Escola Secundária de Caldas das Taipas e aos atletas Taipenses de Jiu Jitsu Luís Duarte e Mário Teixeira que alcançaram excelentes resultados no campeonato de Jiu Jitsu que se realizou no dia 7 de abril em Lisboa.“. \_\_\_\_\_

A deputada Ana Isabel Gonçalves Garcia na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “O Partido Socialista recebeu esta semana, com enorme agrado, diga-se, a notícia de que a Junta de Freguesia de Caldelas



submeteu uma candidatura ao Fundo ambiental para reabilitar o Rio e as Ribeiras da Nossa Vila. Esta candidatura surge no seguimento da criação da Brigada Verde de Caldelas criada a 14 de Março. Esta notícia não vem mais do que confirmar que Guimarães não ter conseguido passar nas 3 finalistas para ser Capital Verde Europeia em 2020 não é o fim mas fazer perceber a quem ainda não o fez que essa candidatura foi apenas o início de um longo caminho a percorrer para que Guimarães seja, um dia, Capital Verde Europeia, não só de nome mas também de práticas que sejam enraizadas na sua população. Guimarães não ter sido confirmada na sua primeira candidatura era, para os mais atentos, uma possibilidade forte pois até hoje nenhuma outra cidade o tinha conseguido até ao momento. Este facto só demonstra que o caminho a percorrer é longo e a candidatura da Junta de Freguesia ao Fundo Ambiental vem demonstrar que queremos fazer parte deste caminho e que o Rio Ave, que tem uma parte da sua extensão na nossa freguesia, convém frisar que o Rio Ave não começa nem acaba nas Taipas, mas do que nos diz respeito que é o atravessamento da nossa vila, estaremos sempre na primeira linha da sua defesa, da sua preservação não com palavras mas com atos. Felicitamos fortemente a Junta de Freguesia por esta candidatura e apelamos daqui ao Executivo municipal que continue a sua pegada ecológica até ao sucesso final que será o sucesso de todos e apelamos também à coligação de partidos Juntos por Guimarães para que possam estar disponíveis para colaborar para que as Taipas estejam na linha da frente pois temos condições naturais excecionais para isso.” \_\_\_\_\_

O líder da bancada do Partido Socialista, António Augusto da Silva Mendes, na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, entregou na mesa dois votos de pesar: Um pelo falecimento do avô da deputada Ana Isabel Gonçalves Garcia e outro pelo falecimento da avó da vogal da Junta de Freguesia, Patrícia Alexandra Gomes Correia. Postos à votação, os dois votos de pesar foram aprovados por unanimidade, com treze votos a favor. \_\_\_\_\_

Na sequência da intervenção da deputada Ana Isabel Gonçalves Garcia sobre a candidatura ao Fundo Ambiental, o deputado Manuel José Araújo Ribeiro inscreveu-se para solicitar esclarecimentos. O deputado, após cumprimentar todos os presentes, pretende saber em que consiste esta candidatura que a Junta de Freguesia efetuou, nomeadamente, o âmbito e o seu financiamento. \_\_\_\_\_

Na intervenção subsequente, a deputada Ana Isabel Gonçalves Garcia transferiu os esclarecimentos para o presidente da Junta de Freguesia. Este último aceitou e agradeceu ao



deputado Manuel José Araújo Ribeiro por ter colocado a questão, tendo referido que: i) A candidatura nasce da constituição da Brigada Verde da Freguesia, que aglutina 15 Instituições e Associações, incluindo todas as escolas da Vila; ii) Está enquadrada no aviso do Fundo Ambiental “Educação Ambiental + Sustentável: Repensar Rios e Ribeiras” com cofinanciamento limitado a € 50.000 (cinquenta mil euros) por operação, incidindo sobre o total das despesas elegíveis; iii) O valor de financiamento proposto na candidatura aproxima-se de € 50.000 (cinquenta mil euros); iv) Pretende-se fazer corresponder a tendência dos cidadãos valorizarem os valores ambientais, como o recurso água, à concretização de ações reais e locais; v) A aprovação desta candidatura seria decisiva para a implementação das ações previstas. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro – Aceitação da doação de parcelas de terreno na rua da Charneca e na rua Bento Ribeiro Salgado Barreto.** \_\_\_\_\_

O presidente da Junta de Freguesia apresentou resumidamente as três doações ao domínio público de parcelas de terreno na rua da Charneca e na rua Bento Ribeiro Salgado Barreto. Agradeceu as doações aos herdeiros de João de Oliveira, aos herdeiros de Félix Fernandes Marques, ao cidadão Francisco Fernandes e aos cidadãos Herdeiros de Alexandrino Pereira Silvério. \_\_\_\_\_

Os documentos supracitados de propostas de aceitação da doação de parcelas de terreno na rua da Charneca e na rua Bento Ribeiro Salgado Barreto estão averbados no anexo um, que fazem parte integrante desta ata. \_\_\_\_\_

Inscreveu-se para intervir o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães tendo sublinhado que também é necessário realçar e agradecer ao cidadão Francisco Alves pela doação efetuada de uma grande faixa de terreno para alargamento da rua Bento Ribeiro Salgado Barreto. \_\_\_\_\_

No seguimento, o presidente da Junta de Freguesia referiu que é muito importante a obra estar prestes a ser concluída e renovou o agradecimento a todos os cidadãos que efetuam doações, incluindo também o supracitado Sr. Francisco Alves. \_\_\_\_\_

Passou-se de imediato à votação e este ponto foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

**Ponto cinco – Análise e discussão do relatório de auditoria com referência a 23 de Outubro de 2017.** \_\_\_\_\_



Dando continuidade a este ponto da ordem de trabalhos, inscreveram-se para intervir os deputados Augusto da Silva Mendes, José Alexandre Maia Freitas e José Horácio da Silva Nogueira Freitas pelo Partido Socialista e os deputados Carlos Franclim Matos Freitas e Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

O deputado António Augusto da Silva Mendes na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre parêntesis retos, [Ficou claro para o Partido Socialista, na data que recebeu este relatório, que o mesmo teria de ser discutido numa Assembleia de Freguesia que fosse anterior ao envio do Relatório e Contas de 2017 que, como sabem, deve ser entregue até ao dia 31 de março de 2018. Ficou também claro para o Partido Socialista que, em abono do debate democrático, era essencial dar aos membros do anterior Executivo a oportunidade de publicamente apresentarem as suas posições sobre todos os resultados da auditoria apresentados neste relatório. Não foi possível no passado dia 26 de Março, mas será possível hoje. Esta Assembleia é o local próprio para o fazerem, aqui têm a oportunidade única de esclarecer os Taipenses. \_\_\_\_\_

Na análise atenta, racional e objetiva que fazemos a este relatório, encontramos variadíssimos pontos que demonstram uma verdade inequívoca: o anterior Executivo navegava à vista, sem qualquer rumo e sem qualquer tipo de planeamento, como podemos comprovar variadíssimas vezes na leitura deste relatório. Aliás, uma das frases mais vezes repetida neste relatório é, e passo a citar: “ato suscetível de configurar eventual responsabilidade sancionatória”. \_\_\_\_\_

Este relatório, senhores membros da Assembleia, vem também, de forma clara e indiscutível VALIDAR o valor do passivo que este Executivo herdou do anterior, 102.757,42€. Repito para que fique claro para esta Assembleia, 102.757,42€. \_\_\_\_\_

Importa ainda referir senhores deputados, que este relatório mostra acima de tudo que o atual Executivo falava a verdade e nada mais do que a verdade, quando na última Assembleia apresentou um valor muito próximo daquele agora apurado pela auditoria, valor este que o Dr. Manuel Ribeiro simplesmente se recusou a validar, tentando até passar a ideia de que este valor era inventado. \_\_\_\_\_

É para nós indiscutível, como deve ser para esta assembleia, que esta é uma auditoria independente, que se baseia apenas em factos e que não faz qualquer dedução, seja ela de que



índole seja. Esta auditoria, e consequentemente o valor final dela obtido, resulta apenas e só dos documentos existentes na Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

Vamos, durante esta discussão, debruçar-nos sobre os pontos que nos parecem mais relevantes e que achamos devem ser cabalmente esclarecidos nesta Assembleia. \_\_\_\_\_

– No ponto 4.1, por exemplo, podemos verificar que era utilizado numerário para pagamento de despesas diversas, desconsiderando os circuitos obrigatórios e as normas disciplinadoras do processo de realização de despesa e desrespeitando as mais elementares regras de controlo interno. Pedimos ao Executivo que nos possa esclarecer como eram feitos pagamentos. \_\_\_\_\_

– No ponto 4.4, referente à feira semanal e ao cemitério, verificamos a existência de 84.790,05€ faturados, mas que não se encontram registados na contabilidade. Ora, de que falamos aqui? Falamos da total inexistência de controlo da faturação por parte da anterior Junta de Freguesia. Estes valores referem-se, por exemplo, a lugares atribuídos na feira semanal, que eram faturados como se estivessem atribuídos, mas que efetivamente não eram ocupados, levando à existência de créditos que seriam impossíveis de receber. Mas mais grave ainda senhores deputados, é que não existem evidências formais de diligências de recebimento destes valores. Porque eram faturados estes valores e porque não existiam evidências formais de diligências de recebimento, apenas o anterior Executivo pode responder. O atual Executivo poderá esclarecer como eram realizados estes procedimentos antes de 23 de outubro e como é realizado agora?

– Chegamos ao ponto 4.6 vemos que, ilegalmente, a Junta de Freguesia anterior recorreu a prestadores de serviços para satisfazer necessidades permanentes de serviço o que originou uma despesa ilegal de 6.615€. \_\_\_\_\_

– No ponto 4.10 temos o registo de despesas suportadas por documentos que não cumprem os requisitos legais. Imagine-se senhores deputados, que havia despesa registada com cópia do cheque de pagamento em vez de uma fatura que comprovasse a despesa. \_\_\_\_\_

Podemos depois ver mais à frente no relatório, que a Pensão Vilas ainda está a cobrar 3.000€/mês, mesmo prestando, neste momento, o mau serviço que presta à Vila. Aqui salientamos ainda a recomendação da Auditoria para que o contrato do direito de superfície seja revisto de comum acordo. Perguntamos ao atual Executivo, em que ponto está esta situação? \_



Posto isto, caros membros desta Assembleia, aquilo que esta auditoria nos revela é grave e precisa de ser discutido. Os Taipenses merecem saber toda a verdade e merecem ouvir da parte da bancada da coligação uma explicação para estes factos. Mais do que aquilo que nos revela esta auditoria, esta Assembleia precisa de saber o verdadeiro ponto de situação da Junta de Freguesia e o que está a ser feito para drenar o verdadeiro pântano em que o atual Executivo encontrou a Junta de Freguesia.]. \_\_\_\_\_

O deputado Carlos Franclim Matos Freitas, após cumprimentar todos os presentes, na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre parêntesis retos, [A bancada parlamentar da coligação de partidos Juntos por Guimarães, vê com bons olhos a realização de um relatório como ponto de partida para um novo mandato, definindo assim um ponto zero, a partir do qual o seu trabalho deve ser avaliado. Um trabalho sério e credível elaborado a partir de informações recolhidas nas fontes. Contudo, uma vez mais, a sede de confronto político e de ataque prevaleceu sobre a vontade de fazer a coisa certa. O relatório apresentado pelo Executivo é um desperdício de dinheiro público na medida em que não serve o interesse geral mas tão só o populismo. \_\_\_\_\_

Diz o relatório, na sua página 8: “o trabalho realizado incluiu reuniões com os diversos responsáveis das áreas chave da Junta de Freguesia de Caldelas, nas quais recolhemos informação sobre as especificidades, forma de organização e principais constrangimentos suscetíveis de afetar a sua organização interna,”. Ora acontece que nenhum dos responsáveis do período em análise foi contactado, pelo que se entende que responsáveis mencionados sejam os eleitos atuais. Da leitura da descrição dos procedimentos adotados ficamos a saber que os auditores consultaram apenas o atual Executivo que, por não saber, ou por não querer, não prestou informações fidedignas. Repito nenhum dos membros do Executivo a que se reporta este relatório foram tidos ou achados na realização do mesmo. \_\_\_\_\_

O relatório demonstra uma enorme ignorância relativamente ao funcionamento da Junta de Freguesia, o que nos leva a acreditar que os auditores não ouviram igualmente a contabilista, também visada neste relatório, e tampouco consultaram o arquivo da Junta de Freguesia, onde estão muitos dos documentos que o relatório diz não existir, assim como os regulamentos em vigor e que condicionam a gestão da Junta de Freguesia, aprovados neste órgão e alguns deles com os votos do atual Executivo. É confrangedor ver um relatório confundir um programa de gestão com um programa de faturação e de contabilidade. É embaraçoso verificar, numa simples



consulta ao portal base, que o atual Executivo incorre nas mesmas faltas de formalidades que o relatório aponta ao anterior Executivo. Este mesmo relatório que agora aqui discutimos, não cumpre os formalismos da contratação pública, irónico, não é? Este relatório não é sério, nem nunca o pretendeu ser. Mas importa ressaltar que, apesar da informação distorcida, ignorante e inexata que o sustenta, o mesmo aponta apenas falhas de procedimento. Não há gestão danosa nem desvios de verbas como noutros tempos. Há obra e trabalho feito. Há a dedicação de pessoas que de forma abnegada e honesta cumpriram com o seu mandato, sem daí retirar qualquer benefício pessoal. \_\_\_\_\_

Ontem celebramos o dia em que Portugal se libertou de uma ditadura, ironicamente hoje discutimos um relatório que desrespeita em toda a linha o princípio fundamental de um estado de direito, o do contraditório. O direito que todas as pessoas têm, ser ouvidas num processo em que são visadas, direito esse que os auditores, ou quem ordenou o relatório, achou que não era necessário. Este não é o local nem o momento para discutir este relatório, o momento era lá trás, quando o mesmo estava a ser feito. Trazer este documento à discussão pública é julgar pessoas que não foram ouvidas. Discutir este relatório aqui, e depois do mesmo estar fechado não é democracia, é circo e de mau gosto. \_\_\_\_\_

Porque este relatório está desde logo ferido na sua eficácia, ciência e legalidade, a bancada parlamentar da coligação de partidos Juntos por Guimarães não estará disponível para discussões ocas que pretendem apenas reduzir o confronto político a uma baixezinha inqualificável. Caldas das Taipas não beneficia em nada com este tipo de atitude. Termina a minha intervenção informando que os visados, Executivo cessante, está disponível para ser ouvido, esclarecer e informar, explicar todos os aspetos que o relatório abrangeu de modo a que os pondere nas suas conclusões. Respeitemos os valores de Abril.]. \_\_\_\_\_

Foi aprovado, por unanimidade dos membros da Assembleia, a proposta da Junta de Freguesia na qual o seu presidente efetuará intervenções depois de cada uma das rondas de intervenções do Partido Socialista e da coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

No início da sua intervenção, o presidente da Junta de Freguesia efetuou um enquadramento dos motivos que levaram este Executivo a solicitar uma auditoria, independente e externa, aos primeiros 9 meses do ano de 2017 da responsabilidade do anterior Executivo presidido pelo agora deputado Constantino Veiga. Era imperativo desagregar temporalmente as decisões e a consequente responsabilidade entre as duas gestões da Autarquia de Caldelas, nomeadamente, \_\_\_\_\_



o que está plasmado no documento de prestação de contas relativas ao ano de 2017, que irá ser alvo de discussão no ponto 7 desta sessão da Assembleia e que, sendo assinado pelo Executivo atualmente em funções, será enviado ao Tribunal de contas. \_\_\_\_\_

Este relatório de auditoria, e passa-se a citar entre parêntesis retos, [Apresenta 16 conclusões, onde se verificaram erros, omissões, diferenças no controlo de documentos, ilegalidades, desconformidades, diferenças entre saldos de dívida e de créditos. Estas conclusões só vieram validar as conclusões a que a Junta de Freguesia trouxe a esta Assembleia em dezembro, aquando da apresentação do orçamento para 2018. Há de facto a confirmação do valor de dívida a fornecedores acima de €100000 (cem mil Euros), há despesas que foram realizadas e que não tinham cabimento financeiro, nem sequer tinham sido lançadas na contabilidade, que têm vindo a ser pagas por este Executivo durante o ano de 2018 e uma desorçamentação de cerca de €72000 (setenta e dois mil Euros). Ao nível da feira semanal, não existia um controlo dos lugares emitidos para ocupação, existindo a faturação de lugares desocupados; este Executivo tem declarado, nos termos da lei, a caducidade destas situações e o cancelamento da emissão das respetivas faturas. Houve despesa pública que não poderia ter sido efetuada, nomeadamente, os serviços de um calceteiro e a aquisição de material para uma obra em curso na qual já estava afeta uma adjudicação financeira. Na obra do Tojal, não se entende que a deliberação de adjudicação da obra, pela Junta de Freguesia, é superior em de cerca de € 4800 (quatro mil e oitocentos Euros) do que a proposta efetuada pelo construtor para a execução da obra. \_\_\_\_\_

Na feira semanal, a emissão de recibos está a ser efetuada através de um cadastro, entretanto atualizado, e as dívidas anteriores estão praticamente saldadas. Relativamente ao contrato com a Associação para o Desenvolvimento Integrado das Taipas (ADIT), no processo da pensão Vilas, o Executivo reuniu com o novo presidente da Associação, Sr. Armando Marques, no sentido de auscultar a execução do contrato com a Junta de Freguesia que contempla a conclusão da obra. A intenção da ADIT é continuar a execução das obras e, o presidente dessa Associação, garantiu a expectativa de conclusão da obra no prazo de 12 meses, no entanto, é insustentável para a Freguesia, depois de 9 anos, esperar mais do que esses 12 meses para que a ADIT disponibilize o equipamento social. \_\_\_\_\_

O exercício de defesa da Honra, efetuado pelo deputado Franclim Freitas, não veio dizer nada e não efetuou o contraditório de nenhuma das 16 conclusões da auditoria. Não disse nada porque



o contraditório das conclusões escritas no relatório não é possível, por se tratarem de verdades irrefutáveis. O processo de preparação do documento de auditoria esteve baseado em normas internacionais e foi elaborado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. \_\_\_\_\_

A disponibilidade apregoada para participar na auditoria é inconsistente e aparente, pois durante 12 anos de mandato a disponibilidade para esclarecer era “zero” e no dia 24 de outubro de 2017 encontramos um apagão total de informação nos computadores da Junta de Freguesia. Entretanto, o Executivo atual já contactou oficialmente, por 3 vezes, o presidente da Junta cessante sobre aspetos específicos da sua governação e não se obteve qualquer resposta até à data.] \_\_\_\_\_

O deputado José Alexandre Maia Freitas na sua intervenção escrita, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre parêntesis retos, [Neste ponto agora em debate: Análise e discussão do Relatório de Auditoria com referência a 23 de outubro de 2017, coube-me a apreciação da, também assim intitulada no relatório, obra do Tojal. Se bem que, no fundo, o que está nesta parte em apreciação são também as obras realizadas, ou por realizar, não só na rua do Tojal mas também do Rabelo, Montinho e dos Cutileiros. \_\_\_\_\_

Antes de me debruçar sobre o relatório de auditoria aqui em análise, decidi espreitar o que havia mencionado em dezembro de 2017 aquando da análise e discussão das “Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2018-2021”, pois neste documento o Executivo da Junta de Freguesia havia já retratado algumas das dificuldades sentidas, entre outras, com a obra do Tojal e algumas ruas adjacentes. Na altura disse que o anterior Executivo da Junta, e passo a citar: “- Geriu pessimamente o processo da Rua do Tojal – começando pelo facto de esta obra não ter projeto sequer, e terminando com a dívida e litígio existente com o construtor. Pelo meio percebemos que foi gasto bem mais do que o que estava orçamentado para esta obra e terá que se arranjar uma solução para pagar o remanescente e arranjar uma forma de terminar a obra.”, fim de citação. \_\_\_\_\_

Nem a propósito, e após a observação do relatório de auditoria disponibilizado, reparamos que afinal não só a obra não tinha projeto (entende-se agora porque o anterior Executivo nunca o facultou, apesar dos vários pedidos da bancada do PS) como também, e citando agora do relatório da auditoria: “não foi encontrado qualquer contrato de empreitada assinado com o adjudicatário nem os documentos de habilitação previstos nos artigos 94º e 81º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente, sendo que a adjudicação caduca se não forem



apresentados os referidos documentos por facto imputável ao adjudicatário (artigo 86º do Código dos Contratos Públicos) ”, fim de citação. \_\_\_\_\_

Mais, da leitura do referido documento, ficamos a saber, e passo novamente a citar: “da proposta de contratação da empreitada de requalificação das ruas do Tojal, Rabelo, Montinho e Cutileiros, que o Executivo deliberou adjudicar à empresa Terraplanagens Falcão, Lda (€86.995,25 sem IVA) difere do valor inscrito no orçamento apresentado pela referida empresa (€82.155,25 sem IVA) em €4.840,00;”, fim de citação. E questiono-me: ao que se deverá esta diferença? É uma situação estranha para a qual muito provavelmente nunca iremos obter uma clarificação cabal. \_

Para terminar, mais uma referência que me parece relevante e esclarecedora do que se está aqui a falar, passo a citar: “De referir que o valor já registado na contabilidade ascende a 61.092,31€ e não inclui a fatura de 57.141,31€ do fornecedor Terraplanagens Falcão, Lda. Daqui se conclui que o valor global faturado ascende a 118.233,62€, ou seja, superior ao adjudicado, mesmo sem a obra se encontrar concluída.”, fim de citação. \_\_\_\_\_

Daqui podemos, para já, concluir que para uma obra orçada em cerca de 82 mil Euros, mas que foi adjudicada por mais de 86 mil Euros, já se gastou mais de 118 mil Euros, pagando-se apenas 61 mil Euros desse valor ao empreiteiro, sem que com isso se tenha terminado a referida obra.

Pode-se dizer que está aqui uma bela trapalhada... uma bela trapalhada mesmo!! Percebemos, ou melhor dizendo, confirmamos agora que foi devido a esta dívida de cerca de 57 mil Euros que o empreiteiro decidiu parar a obra. \_\_\_\_\_

Entretanto, foi-nos possível obter mais informação que nos permite melhor complementar os dados fornecidos no relatório da auditoria. Da análise das atas das reuniões do anterior Executivo da Junta, nomeadamente a ocorrida no dia 29 de Julho de 2017, apercebemo-nos que foi autorizada a despesa de 6.407,70€ em adjudicação a um novo empreiteiro, com o objetivo de rematar algumas pontas deixadas na obra por acabar. \_\_\_\_\_

Da corrente prestação de contas relativas ao ano de 2017, apresentada agora pelo atual Executivo, reparamos que afinal o valor pago ao segundo empreiteiro foi de 6.700€. Notamos também, neste documento, que o anterior Executivo havia mobilizado, fora da empreitada do Tojal, mas para a sua execução, areia e cimento no valor de 7.500€. \_\_\_\_\_



Ou seja, juntando toda esta informação, podemos concluir que relativamente a esta obra o atual Executivo herdou a seguinte situação: i) Uma obra orçada em 82.155,25€; ii) Onde a Junta já pagou 75.292,31€; iii) Onde está por pagar (em dívida ao empreiteiro) 57.141,31€; iv) Perfazendo um total de obra executada de 132.433,62€; v) E diga-se, uma obra ainda por acabar; vi) E um litígio com o empreiteiro por resolver. \_\_\_\_\_

Chegados aqui impõe-se questionar o atual Executivo da Junta de Freguesia de Caldelas: i) Tem plena consciência de todas as incidências desta obra?; ii) Uma vez que não existe projeto, como saberá o que realmente falta para acabar esta obra. Ou melhor, como poderá avaliar o remanescente por acabar nesta obra?; iii) Como irá lidar com o empreiteiro com o qual a Junta tem neste momento um litígio?; iv) Ou então, a questão das questões, terá esta Junta condições para resolver toda esta embrulhada e concluir a obra? Ficamos a aguardar o esclarecimento.]. \_

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção começou por referir que esta é a única oportunidade que ele, o deputado Constantino João Quintas Veiga, a deputada Sara Daniela Martins Marques Silva, a deputada Sónia Cristiana Ferreira Mendes e demais elementos que fizeram parte do Executivo anterior têm para dizer alguma coisa sobre isto. Não se revê nos princípios democráticos do presidente da Junta ao mandar fazer uma auditoria sem terem ouvido qualquer um dos elementos do Executivo cessante para prestação de esclarecimentos. Há um princípio básico no Direito, no qual não se tiram conclusões sem primeiro se efetuar o respetivo contraditório sobre aspetos concretos sobre os quais foram acusados. A bancada da coligação de partidos Juntos por Guimarães não irá, durante esta Assembleia, prestar esclarecimentos sobre conclusões relacionadas com aspetos técnicos. \_\_\_\_\_

Relativamente à solicitação de informações ao presidente da Junta cessante, concluiu que também lhe deveria ter solicitado essas informações, bem como à atual deputada Sara Daniela Martins Marques Silva que estava no edifício da Junta todos os dias. Mais anuiu que fazia todo gosto em responder por escrito, ao atual presidente da Junta de Freguesia, a todas as questões solicitadas. A audição para este relatório foi parcial pois só foi ouvido o atual Executivo da Junta.

Mais mencionou que há uma referência, e passa-se a citar entre aspas, “deslarada” no relatório de auditoria que afirma a recolha de elementos do Relatório elaborado pelo Executivo atual cuja síntese se intitula "Documento para memória presente e futura sobre a situação financeira, contabilística, patrimonial, contratual, jurídica e administrativa da Freguesia encontrada pelo Executivo empossado no dia 23 de outubro de 2017", ou seja, o relatório de auditoria foi



elaborado a partir desse documento, não sabendo se o relatório de auditoria é uma fotocópia do relatório que a Junta elaborou. \_\_\_\_\_

O deputado entende que, com a análise do relatório de auditoria aqui efetuada, se está a efetuar um julgamento público ilegítimo e nulo, pois os elementos visados não foram auscultados aquando da formulação das conclusões. Depois de, e passa-se a citar entre aspas, “ter dado uma vista de olhos” ao relatório concluiu que o intervalo de tempo de 8 minutos é manifestamente pouco para uma análise séria dos pontos que lhe dizem mais respeito, na qualidade de tesoureiro do Executivo cessante. Mais acrescentou que os tópicos de análise são eminentemente técnicos, pelo que, deveriam ser discutidas em gabinetes, e passa-se a citar entre aspas, “por gente que percebe”, e a sessão de Assembleia de Freguesia ainda não é o momento nem o local para se efetuar esta análise pública, por, e passa-se a citar entre aspas, “ não temos tempo nem condições para nos defendermos convenientemente”. Em remate, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “no relatório há conclusões tão básicas, tantas asneiras” e ficou comprovado que não houve tempo para defesa da honra. \_\_\_\_\_

Relativamente à obra do Tojal, e passa-se a citar entre aspas, “a Junta de Freguesia cessante teve que notificar judicialmente o empreiteiro porque este apresentou uma fatura sobre trabalhos que ainda não tinham sido efetuados e outros que continham defeitos grosseiros na construção”. O deputado tirou estas conclusões importantes na defesa do interesse público, enquanto, a Junta atual só pensa no pagamento e defesa do empreiteiro. Refere que o mais importante é se as obras foram bem feitas, na legítima defesa do interesse público. \_\_\_\_\_

No que concerne à feira semanal, refere que o programa informático existente na Junta de Freguesia não é de faturação, mas sim de gestão. \_\_\_\_\_

No seguimento, o presidente da Mesa, porque foi visado, mencionou que houve uma sessão extraordinária em março com a duração de 3 horas e, cita-se entre aspas, “não fui eu que faltei a essa Sessão, podendo ter beneficiado de mais tempo para debater este ponto.”. \_\_\_\_\_

O deputado José Horácio da Silva Nogueira Freitas, após cumprimentar todos os presentes, na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “Cremos que devemos encarar o futuro tirando ilações dos erros do passado. A experiência é isto mesmo, errar é humano mas mais importante do que admitirmos que erramos, devemos refletir com o objetivo



de compreendermos a razão que nos levou a errar e daí adotarmos medidas para que o mesmo erro não volte a suceder. \_\_\_\_\_

As palavras com conotação negativa das conclusões do relatório da auditoria são imensas e preocupantes, havendo referência às palavras desrespeito, deficiente, erros, sanções, violações, irregularidades e até mesmo ilegalidades e ausência de rigor protocolar nomeadamente às questões da feira semanal, do cemitério e da obra do Tojal. Não devemos fechar os olhos a estas matérias, mas, assumindo que o futuro está à nossa frente, e para que tenhamos um futuro melhor, temos de mudar aquilo que acreditamos não estar correto, com princípios base daquilo que somos, que queremos, que acreditamos ser o melhor para todos. \_\_\_\_\_

Desta forma, a nossa preocupação é tentar perceber e confrontar, o atual Executivo sobre as medidas que irão tomar para corrigir, implementar, protocolar e acima de tudo, assegurar num compromisso rigoroso, profissional e ético que as palavras conotadamente negativas referidas anteriormente não persistam no que a este contexto diz respeito. \_\_\_\_\_

Assim, gostaríamos de fazer as seguintes questões que consideramos importantes tendo como base as recomendações do relatório da auditoria, em que, cuja nossa opinião, deverá ter sido em conta com toda a humildade que nos deve caracterizar: i) Ponto 2, constituição de fundos de maneiio; ii) Ponto 3, relatórios da execução de protocolos; iii) Ponto 4, regras previsionais; iv) Ponto 5; adoção de práticas de controlo interno; v) Ponto 11, cumprimento das obrigações decorrentes da lei dos compromissos. Finalizando, temos também o interesse em questionar o atual Executivo, de que até que ponto, as conclusões inerentes a este relatório poderão ter condicionado a vosso plano de intervenção. “. \_\_\_\_\_

Na sequência da intervenção do deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista solicitou-lhe os seguintes considerações, e passa-se a citar entre aspas: “i) Não vieram a esta Assembleia discutir o conteúdo da auditoria e era previsível quererem discutir a forma como foi elaborada; ii) A idoneidade do Executivo cessante nunca foi colocada em causa; iii) A Junta de Freguesia atual nunca elaborou qualquer relatório prévio, o documento em análise é independente e da inteira responsabilidade dos revisores de contas que o elaboraram; iv) O deputado Manuel Ribeiro deve compreender que aqui estamos a esclarecer e não a julgar, como pretende fazer crer; v) Tinha tido mais tempo na anterior sessão extraordinária e o tempo de 45 teve a sua anuência na reunião de líderes; vi) O deputado Manuel Ribeiro não deve inverter o



ónus da responsabilidade e assumir os esclarecimentos que deve prestar enquanto elemento do Executivo cessante; vii) O deputado Manuel Ribeiro valida ou não valida as dúvidas que tinha na Sessão da Assembleia de Freguesia de 28 de dezembro de 2017?". \_\_\_\_\_

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro em resposta à última questão referiu que, e passa-se a citar entre aspas. "Este relatório invalida aquilo que diz o Sr. Presidente de Junta e a bancada do PS, porque refere que há uma despesa de € 57000 (cinquenta e sete mil Euros) com o empreiteiro que o auditor não sabe se é exigível.". \_\_\_\_\_

Seguidamente, interveio o presidente da Junta de Freguesia, e passa-se a citar entre aspas: "i) O negócio do Tojal é uma verdadeira trapalhada, pois quem recolhe uma proposta do empreiteiro de € 82000 (oitenta e dois mil Euros), adjudica a obra por € 86000 (oitenta e seis mil Euros), chega-se a meio da obra e já há despesa de € 118000 (cento e dezoito mil Euros), não há um documento de orçamento nem de projeto para os trabalhos a mais, não se sabe para onde foi o dinheiro gasto e para concluir a obra ainda são necessários mais € 40000 (quarenta mil Euros); ii) O empreiteiro da obra foi a Junta cessante que o contratou; iii) O Executivo atual, não vai pagar os € 4000 (quatro mil Euros) a mais, nem vai permitir obras extraordinária sem acompanhamento rigoroso; iii) O Executivo anterior geriu este processo do Tojal com uma vista de olhos, como o deputado Manuel Ribeiro disse que fez com o escrutínio ao relatório de auditoria; iv) Ninguém disse que o valor da fatura de € 57000 (cinquenta e sete mil Euros) está validado; v) É novidade, para a Junta atual, que para se relacionar com o Executivo cessante, não é através do presidente cessante, mas sim com todos os 5 elementos do anterior Executivo; vi) O Executivo atual perguntou por 3 vezes ao presidente de Junta cessante, sem qualquer resposta até ao momento, se aquela fatura de € 57000 (cinquenta e sete mil Euros) era para validar ou não; vii) O deputado Manuel Ribeiro desconhecia a fatura de € 57000 (cinquenta e sete mil Euros), como desconhecia outras coisas; viii) O Executivo atual pediu um auto de medição à Câmara Municipal de Guimarães para se determinar, na obra do Tojal, o que está feito, o que falta fazer, se o que está feito está em conformidade, se o valor orçamentado pelo empreiteiro é um valor justo e sem o aval de quem encomendou a obra e da Câmara Municipal de Guimarães desta Junta de Freguesia não sai 1 cêntimo". \_\_\_\_\_

Na continuidade, referiu que relativamente ao relatório de auditoria em análise, a Junta de Freguesia sempre esteve disponível para prestar esclarecimentos e que foi da iniciativa dos partidos da Assembleia trazer o documento para análise. \_\_\_\_\_



Para esclarecer os assuntos do deputado José Horácio da Silva Nogueira Freitas o presidente da Junta de Freguesia transferiu a palavra para a tesoureira da Junta de Freguesia tendo referido que, e passa-se a citar entre aspas, “O atual Executivo tem consciência de que há muito por fazer, mas podemos assegurar que muitas das recomendações sugeridas no relatório estão já implementadas e em pleno funcionamento, designadamente: i) O acompanhamento e controlo da execução dos contratos de delegação de competências estão a ser monitorizados manualmente através de mapas elaborados em folhas de cálculo. Esperamos para o ano conseguir implementar este procedimento diretamente no programa de contabilidade através da análise por centros de custo; ii) Não há pagamentos a fornecedores sem a confirmação de que têm certidões de não dívida atualizadas perante a autoridade tributária e a segurança social; iii) As regras previsionais que fundamentam o orçamento de 2018 foram rigorosamente cumpridas segundo as normas estipuladas no POCAL; iv) A confirmação do cumprimento dos requisitos legais dos documentos que suportam as despesas é obrigatória; v) Não há pagamentos de despesas sem que haja emissão da fatura por parte do fornecedor; vi) Constatamos algumas situações em que a designação da entidade ou, mais grave ainda, o número de identificação fiscal estavam incorretos nos documentos emitidos pelos fornecedores (alguns deles fornecedores com contrato mensal). Tivemos o cuidado de devolver o documento e solicitar a correção dos dados; vii) Cumprimos a Lei dos Compromissos, atribuindo a cada despesa número de compromisso, cativando assim o montante necessário para o seu efetivo pagamento, o que nos garante que não haverá despesas assumidas sem que haja forte convicção de que haverá dinheiro para a liquidar. À medida que formos assumindo gastos, a dotação disponível em cada rubrica vai baixando independentemente do momento em que efetivamente procedermos ao seu pagamento; viii) Existe Regulamento de Fundo de Maneio que está a ser efetivamente aplicado. Não há pagamentos por caixa; ix) O que gostaríamos de trabalhar a muito breve prazo era a elaboração e implementação da Norma de Controlo Interno.”. \_\_\_\_\_

**Ponto seis – Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões.** \_\_\_\_\_

O presidente da Junta assinalou as atividades da Junta de Freguesia entre o final de dezembro e o mês de março, completando-se 100 dias de mandato e cumpridas 22 das 25 medidas que se tinham comprometido com os cidadãos. De seguida destacou o desnivelamento de passeios para pessoas com mobilidade reduzida, a reabilitação do espaço da feira semanal para centro de convívio e os WC, a constituição da Brigada Verde, o início da construção do parque de lazer



no loteamento da Faísca, batismo de voo, o relatório do grupo de trabalho sobre a feira semanal, a implementação de um plano de limpeza semanal no cemitério, comunicação/divulgação de atividades (no sítio oficial da Junta, redes sociais, panfletos e cartazes), recebido audiências no horário definido, têm estado sempre presentes nas representações das iniciativas na Freguesia para as quais foram convidados, reuniões (com o Município, Associações, Instituições e entidades privadas) e dar desenvolvimento a um conjunto de programas culturais, de saúde, recreativos e desportivos. \_\_\_\_\_

Relativamente à situação financeira da Freguesia, apreciou-a de difícil e, por isso: i) A Junta de Freguesia tem vindo a fazer um enorme esforço de poupança, de evitar desperdício e de rentabilizar ao máximo os recursos humanos próprios que lhe estão próximos; ii) Já atenuaram ligeiramente a dívida deixada, relativa às Associações e às denominadas faturas surpresa ainda sem confirmação do anterior Executivo, sem contabilizar o encargo com a obra da rua do Tojal € 70000 (setenta mil Euros); iii) As dívidas a fornecedores correntes passaram de € 35000 (trinta e cinco mil Euros) no final de 2017 para € 19000 (dezanove mil Euros) atualmente; iv) Há a preocupação do Executivo atual de se constituir um bom exemplo de rigor, pagando a “tempo e horas”, nomeadamente, com um prazo médio de pagamento a 60 dias e nas entidades avançadas os pagamentos são efetuados num prazo negociado e mais dilatado. \_\_\_\_\_

O documento de informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões está averbado no anexo dois, que faz parte integrante desta ata. \_\_\_\_\_

Inscreveram-se para intervir os deputados José Horácio da Silva Nogueira Freitas pelo Partido Socialista e os deputados Vítor Alves Machado e Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

O deputado Vítor Alves Machado, após cumprimentar todos os presentes, na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “Em primeiro lugar devo salientar que o relatório de atividades entre sessões é deficiente em informação, limita-se a enunciar o que fizeram, em títulos, mas falta o conteúdo, falta informação substancial, assemelha-se mais a um panfleto de propaganda eleitoral que a um relatório de uma entidade pública. Quanto ao que nos é apresentado, pediria à JF que nos esclarecesse nos seguintes pontos: i) Quem constitui o grupo de trabalho sobre a feira semanal? ii) Que problemas encontrou e que soluções propõe? iii) Qual a receita da Feira nos primeiros meses do ano e como compara com os anos anteriores? iv) Quanto ao programa Domingos Ativos, qual a despesa associada à sua



realização (equipamentos, recinto, ginásios/instrutores)? v) No dia 20 de Março, a Junta de Freguesia nas redes sociais anuncia que contratou uma plataforma elevatória para a poda de árvores de grande porte. Quanto custou? Quem vai pagar o aluguer da plataforma? vi) O Sr. Presidente a JF reverteu algum dos contratos promessa de algum terreno afeto ao projeto de alargamento do parque de lazer até à praia seca? A ser verdade como a justifica? vi) Verificamos também que ainda não estão celebrados os protocolos com as Associações de Pais, qual a razão e para quando esta prevista a sua celebração?“. \_\_\_\_\_

O deputado José Horácio da Silva Nogueira na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a bancada do Partido Socialista gostaria de referir sucintamente o seguinte: i) De salientar a diversidade e o ecletismo das atividades e iniciativas realizadas e desenvolvidas, quer a nível social, cultural, ambiente, saúde e desporto, assim como tecnológico e de comunicação, associativo e urbano; ii) Denota-se pela cronologia do relatório de atividades entre sessões uma dinâmica e proatividade deste Executivo no que diz respeito a este vasto plano de ação, esperando esta bancada parlamentar que continue a ser este o caminho a percorrer. \_\_\_\_\_

De entre as atividades promovidas realçamos: i) A Vila Natal e os votos de boas festas materializado através de postais de Natal criados pelos nossos alunos, criando assim uma interação e aproximação entre os nossos estabelecimentos de ensino, a Junta de Freguesia e os cidadãos; ii) O batismo de voo, proporcionando uma experiência que provavelmente muitos dos intervenientes diretos já não pensariam ver concretizada; iii) A preparação e constituição da Brigada Verde, riquíssima no que diz respeito à agregação de várias entidades taipenses e com um objetivo comum, o Ambiente; iv) A proximidade com as Associações da Vila, no que diz respeito a representações e reuniões; v) A aproximação do Executivo aos cidadãos nomeadamente com a reunião descentralizada de 23 de Janeiro e a sessão de esclarecimento dos primeiros 100 dias de mandato de 31 de janeiro; vi) Os domingos ativos e o rastreio de diabetes tipo II, fomentando assim as boas práticas desportivas e saudáveis assim como a prevenção da nossa saúde; vii) As obras de requalificação das nossas ruas, desnivelamento dos passeios, reparação e substituição dos painéis de sinalização vertical e a limpeza permanente do pontilhão, pois é a cuidar do que é nosso que podemos efetivamente evoluir; viii) A criação do novo site eletrónico, rico em conteúdo e informação assim como a permanente comunicação das atividades e ações da Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_



A nível cultural, nota-se uma vontade de enriquecer e fomentar esta prática, desejando a nossa bancada parlamentar que o continuem a fazer afincadamente de forma a tornar a nossa Vila cada mais rica no que diz respeito a iniciativas, acontecimentos e atividades culturais. Muito obrigado.“ \_\_\_\_\_

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro destacou que faltou, com o envio dos documentos deste ponto, o controlo orçamental da receita, no entanto, o facto não causou constrangimentos pois é de análise rápida. Aproveitou o momento para solicitar esclarecimentos ao presidente da Junta, nomeadamente, e passa-se a citar entre aspas, “se em função dos créditos que encontrou na Junta de Freguesia, se já os recuperaram e se estão a ser usados para a recuperação financeira da Junta de Freguesia”. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa, por ter referido que foi visado, usou da palavra para mencionar que, e passa-se a citar entre aspas, “assumo que o documento não foi enviado. Mas assumo. Não assumo que não os recebo.”. \_\_\_\_\_

No seguimento, o presidente da Junta de Freguesia referiu que a responsabilidade em enviar o documento de controlo orçamental da receita é da Junta de Freguesia, pelo que, a responsabilidade é integralmente sua. Agradeceu ao deputado Manuel José Araújo Ribeiro o alerta e a disponibilidade para discutir o documento, considerando-o como exemplo de boas práticas. Em resposta ao deputado Vítor Alves Machado, o presidente da Junta de Freguesia referiu que: \_\_\_\_\_

i) Comparativamente ao documento apresentado pelo Executivo cessante em setembro de 2017, o documento de informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões, agora apresentado, é muito mais abrangente, completo, objetivo e elucidativo de todas as atividades em que este Órgão Autárquico esteve envolvido; \_\_\_\_\_

ii) O grupo de trabalho, que foi constituído pela Junta de Freguesia, para examinar a situação da feira semanal produziu um relatório que deu conta desse contexto, detetando problemas e apontando soluções. Este grupo é constituído por Cristina Marques Castro (representante da Junta de Freguesia e coordenadora), o cidadão Augusto Mendes, a jurista Anabela Gonçalves, um feirante e o cidadão Armando Abreu. Mais informou que, se os deputados assim o entenderem, o documento de relatório poderá ser enviado e que foram detetados inúmeros problemas diagnosticados, a saber: a) Na atualização dos lugares na feira; b) Nos espaços \_\_\_\_\_



utilizados indevidamente; c) Na falta de controlo da assiduidade; d) Nas taxas cobradas que estão desatualizadas; e) Na falta de controlo dos pagamentos dos feirantes; f) Na assimetria temporal dos pagamentos das taxas pelos feirantes. O presidente da Junta referiu que estão a ter sucesso com a regularização programada dos respetivos pagamentos em atraso, que todos os pagamentos serão, num futuro próximo, efetuados no recinto da feira diretamente pelos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia e que todos os feirantes procederão, até junho de 2018, ao depósito seletivo dos resíduos produzidos, cumprindo assim com o regulamento. No que diz respeito à receita cobrada na feira, à data de março e com 25% do ano de 2018 decorrido, este Executivo já cobrou 26% da receita expectável e está a assegurar que todos os meses o valor da cobrança é praticamente homogéneo; \_\_\_\_\_

iii) A atividade dos domingos ativos está a ser implementada com dois ginásios, Nokaute e Estúdio 4, tem um custo de € 15 (quinze Euros) por sessão, está a ter muita adesão por parte da população, e passa-se a citar entre aspas, “é uma aposta ganha”; \_\_\_\_\_

iv) A plataforma elevatória usada na poda das árvores da Vila teve um custo aproximado de € 300 (trezentos Euros) e, no caso de se ultrapassar o valor do respetivo protocolo de delegação de competências das bermas, sarjetas e sumidouros, a Junta de Freguesia irá exigir que o protocolo do ano de 2019 esteja em linha com o valor gasto em 2018. Desde o início de 2018, que estão a ser contabilizados todos os gastos no âmbito deste protocolo e do das Escolas do 1º ciclo, com o objetivo de, no final do ano, avaliar as suas adequações financeiras; \_\_\_\_\_

v) Relativamente ao terreno da praia seca, o Executivo da Junta de Freguesia resolveu o contrato que o anterior Executivo tinha celebrado com um particular e no valor de € 25000 (vinte e cinco mil Euros). O motivo foi a impossibilidade em assumir novos compromissos financeiros quando a situação da Junta de Freguesia apresenta montantes de dívidas oriundas do Executivo anterior; \_\_\_\_\_

vi) Para concluir este esclarecimento, mencionou que o protocolo com a Associações de Pais da Escola da Charneca está celebrado e o protocolo com a Associações de Pais da Escola do Pinheiral ainda não está celebrado porque esta Associação identificou um lapso temporal da duração do contrato, mas que em breve estará corrigido; \_\_\_\_\_



Em resposta ao deputado José Horácio da Silva Nogueira, o presidente da Junta de Freguesia agradeceu as suas palavras e que a Junta de Freguesia as recebe como um estímulo, para de futuro possa fazer ainda mais e melhor.

Em resposta ao deputado Manuel José Araújo Ribeiro, o presidente da Junta de Freguesia referiu que relativamente aos créditos da Freguesia não se pode exigir a este Executivo que vá recuperar os créditos que o anterior Executivo não conseguiu cobrar, nomeadamente, e passa-se a citar entre aspas, “na feira já mostramos que estamos a efetuar um enorme esforço de recuperação, no cemitério deixaram-nos € 13000 (treze mil euros) para cobrar” e que até setembro de 2017 efetuaram vendas e cobranças fáceis e deixaram as outras cobranças, mais difíceis e incobráveis, para o Executivo atual.

Em resposta ao deputado Manuel José Araújo Ribeiro, a tesoureira da Junta, Cristina Marques Castro, esclareceu que este Executivo não confunde programa de gestão com programa de contabilidade, pelo contrário, e passa-se a citar entre aspas, “o anterior Executivo é que baralhava estes dois conceitos, nomeadamente, no programa de gestão da feira semanal no qual havia divergências profundas com os valores cobrados”. Mais referiu que, em dois casos, conseguiram cobrar taxas em dívida anteriores a 2017, constituindo, por isso, uma vitória para este Executivo. \_\_\_\_\_

Na sequência da intervenção do presidente da Junta de Freguesia, os deputados Vítor Alves Machado e Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães solicitaram-lhe esclarecimentos, que os prestou. \_\_\_\_\_

O deputado Vítor Alves Machado pediu esclarecimentos relacionados com o contrato administrativo de limpeza de sarjetas e sumidouros, nomeadamente, tendo realçado que este contrato não contempla o serviço de podas e, por isso, se há a possibilidade da Câmara Municipal de Guimarães não transferir a verba afeta a este serviço de podas prestado. Mais questionou se o presidente da Junta de Freguesia não inquiriu o presidente da Câmara Municipal da Guimarães para que este último procedesse à ajuda da Junta no prosseguimento desse projeto de aquisição do terreno da praia seca. \_\_\_\_\_

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro pediu esclarecimentos relacionados com: i) As cobranças na feira, nomeadamente, que se estejam a cobrar meses posteriores deixando-se meses anteriores por cobrar e se esse crédito agora conseguido está a ser aplicado para abater



a dívida; ii) A parcela da receita denominada “Reposições não abatidas nos pagamentos”, de cerca de € 7000 (sete mil euros). Em jeito de conclusão, anuiu que as cobranças relativas ao cemitério não são difíceis. \_\_\_\_\_ .

Na prestação de esclarecimentos anunciada, o presidente da Junta de Freguesia referiu que: i) O plano de podas elaborado pela Junta de Freguesia, em novembro de 2017, é para cumprir, que o apoio da Câmara Municipal de Guimarães já tinha excedido as melhores expectativas e antecipa que o Município irá ressarcir a Junta de Caldelas; ii) Quando há uma dívida de € 80000 (oitenta mil Euros) na obra do Tojal, quando se gastaram extraordinariamente € 5000 (cinco mil Euros) no alargamento dos passeios da Rua Bento Salgado Barreto, quando se gastaram extraordinariamente € 13000 (treze mil Euros) no alargamento da Rua da Charneca, há a necessidade de priorizar os pedidos ao presidente da Câmara Municipal de Guimarães, que é um aliado das Taipas; iii) O facto de se ter revertido a compra do terreno da praia seca não significa que no futuro não seja alvo de aquisição para domínio público, embora, por um preço abaixo do valor exagerado de € 7,5/m<sup>2</sup> que estava previsto na anterior proposta de compra, valor este que não tinha sido sujeito a avaliação prévia. O Departamento do Património da Câmara Municipal de Guimarães está a avaliar todos os terrenos desde a praia seca até às levadas; iv) Relativamente à feira, semanal, o Executivo anterior tinha taxas antecedentes por liquidar e taxas posteriores já liquidadas. Atualmente, a cobrança é efetuada de forma diferente, os feirantes pagam as taxas do mês em curso e acrescem as taxas em dívida relativas a meses anteriores, isto dentro de um plano de pagamento estipulado pela Junta de Freguesia. A partir de agora, quem tem a situação mensal de pagamentos regularizada, faz a feira semanal e quem não tem, não a faz. Para finalizar a sua intervenção de esclarecimentos solicitou ao deputado Manuel José Araújo Ribeiro que explique à Comunidade Taipense como é que as cobranças não são difíceis como é que tinha deixado em taxas por cobrar no valor de € 35000 (trinta e cinco mil Euros) na feira semanal e € 13000 (treze mil euros) no cemitério, num total de € 48000 (quarenta e oito mil euros). \_\_\_\_\_

**Ponto sete – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2017.** \_\_\_\_\_

A tesoureira da Junta de Freguesia, Cristina Marques Castro, apresentou resumidamente os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2017, tendo mencionado que, e passa-se a citar entre aspas, “Este ano de trabalho foi repartido por 2 períodos de tempo distintos: i) No



1º (de janeiro a 23 outubro), o atual Executivo não teve qualquer intervenção na gestão da freguesia e portanto não terá justificações para dar nem responsabilidades para assumir pelas opções políticas encetadas, ii) No 2º período (de fim de outubro a dezembro), o atual Executivo foi confrontado com a maioria das rubricas esgotadas ou quase esgotadas, pelo que, do ponto de vista financeiro, limitou-se a fazer a gestão diária das necessidades operacionais da freguesia. \_\_\_\_\_

Assim sendo, relatório de gestão que vos apresentamos limita-se a relatar valores, índices e coeficientes, ficando ferido pela falta de justificação para algumas das situações que os mapas financeiros expõem e que mereceriam um comentário justificativo por parte do órgão de gestão da freguesia. No final do ano a freguesia tinha no banco 16.160,32 €, sendo que deste 10.517,66€ é o montante efetivamente disponível pois há cheques por descontar e transferências bancárias emitidas que ainda não foram descontadas. \_\_\_\_\_

Deste montante (10.517,66 €), 9.879,21 € refere-se à execução orçamental e justifica o movimento a crédito na revisão orçamental nº 1 “transferência de saldo de gerência”, o restante, 638,45 € refere-se a operações de tesouraria (operações em que a freguesia intervém apenas como mediador entre os seus colaboradores, fornecedores e fregueses e o estado – são exemplo a retenção de IRS, de Segurança Social e ADSE, gratificações das mesas de voto, entre outros).”. \_\_\_\_\_

O presidente da Junta de Freguesia anuiu que este é um bom relatório num ano que apenas uma pequena parte é da responsabilidade é deste Executivo e realçou o bom trabalho que a tesoureira efetuou para elaborar este documento, ao procurar ser o mais factual possível e que simultaneamente protegesse a Freguesia de Caldelas. \_\_\_\_\_

Os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2017 estão averbados no anexo três, que fazem parte integrante desta ata. \_\_\_\_\_

Inscreveram-se para intervir os deputados António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista e o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. \_\_\_\_\_

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção referiu que: i) Concorda parcialmente com o presidente da Junta de Freguesia quando diz que o relatório teve alguma neutralidade e que há dificuldades em lidar com os feirantes, e passa-se a citar entre aspas, \_\_\_\_\_



“que têm trato difícil” e que será em permanência; ii) Há referências aos CTT nas quais o funcionário auferia € 400 (quatrocentos Euros), dedicou 80% do seu tempo a esta tarefa e as obras de remodelação foram de mais de € 10000 (dez mil Euros), obras estas que também foram destinadas ao Espaço Cidadão, concentrando-se várias funções num único local. Acentuou o facto de a Vila de Caldas das Taipas ter que assumir uma centralidade e, por isso, deve exigir mais competências para o Espaço Cidadão, de modo a que os habitantes das Freguesias vizinhas se dirijam à Vila, com isso circulem nas Taipas e aqui façam despesa. A mesma lógica se aplica à instalação da loja dos CTT no edifício da Junta de Freguesia, e passa-se a citar entre aspas, “há custos que estão ao serviço de uma estratégia de centralidade das Taipas”. O deputado referiu que ficou desiludido quando o Executivo atual decidiu rescindir o contrato de prestação de serviço público pela Junta de Freguesia, por razões ideológicas, encerrando o balcão dos CTT no seu edifício e agora as pessoas têm que se dirigir a um hipermercado para usufruírem desses serviços. Esta decisão redundou numa privatização ainda mais acentuada de um serviço público que se pretendia conferida por uma Autarquia que também é pública. \_\_\_\_\_

O deputado António Augusto da Silva Mendes na sua intervenção escrita referiu que, e passa-se a citar entre aspas, “Sendo este documento da responsabilidade de dois Executivos: até 23 de Outubro do Executivo presidido pelo deputado Constantino Veiga e a partir daí da responsabilidade do Executivo liderado por Luís Soares, temos de fazer aqui uma análise repartida do mesmo e condicionada pela Auditoria já aqui anteriormente discutida. \_\_\_\_\_

Como é assumido desde sempre pelo atual Executivo a situação financeira recebida é desequilibrada devido a vários fatores tais como dívidas vencidas e não pagas, despesas efetuadas sem compromisso e não lançadas em contabilidade e de despesa sem cabimento orçamental, tendo ainda surgido despesas para pagar que o anterior Executivo ainda não assumiu que são para pagar. Aquando da tomada de posse este Executivo tinha todas as rubricas quase esgotadas, ou seja, a Junta de Freguesia ficava parada! \_\_\_\_\_

Numa análise aos documentos pode-se ver o quão importante é a boa gestão da feira semanal pelo seu elevado valor nas receitas anuais da Freguesia. Outro dos pontos relevantes é o posto dos CTT que funcionou na Junta de Freguesia: Teve um proveito de cerca de 3800€ e uma despesa bastante superior. Notamos aqui ainda que há 2 valores (um de 6700€ e outro de



7500€) que foram alocados à repavimentação de Passeios degradados da Freguesia mas efetivamente são mais 2 parcelas a acrescentar à despesa da Rua do Tojal. \_\_\_\_\_

Falamos aqui do maior orçamento dos últimos 5 anos mas que não se fez notar na melhoria da qualidade de vida da população. Posto isto, este é um orçamento que vamos votar favoravelmente pelo superior interesse da Freguesia e pela execução difícil posterior a 23 de Outubro de 2017 mas que terá uma declaração de voto da Bancada do Partido Socialista. \_\_\_\_\_

No seguimento, o líder da bancada do Partido Socialista, António Augusto da Silva Mendes, entregou à Mesa a seguinte declaração de voto, que se transcreve entre aspas, "O Partido Socialista votou favoravelmente o presente relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2017, apesar de praticamente a totalidade do exercício de 2017 ter sido liderado por um Executivo que ao longo dos seus mandatos nunca foi capaz de explicar as suas opções políticas de forma clara e transparente. Aliás, sempre que questionados, foi frequente o seu refúgio no silêncio, procurando dessa forma omitir erros, omissões e ilegalidades que agora se conhecem e estão vertidos no relatório de auditoria anexo ao presente relatório de gestão. \_\_\_\_\_

Registamos por isso o esforço do atual Executivo de evidenciar, ele próprio, e através do relatório produzido por entidade externa independente a atual situação patrimonial, financeira e administrativa da freguesia, ainda que ela não decorra da sua responsabilidade. Os documentos apresentados são claros e suficientes e devem, por isso, ser aprovados pelo Partido Socialista. Caucionamos os documentos votados, mas não caucionamos contudo as políticas que estes documentos expressam e que ao longo dos últimos 12 anos lutamos por contrariar." \_\_\_\_\_

O presidente da Junta de Freguesia começou por agradecer a honestidade nas recomendações do deputado Manuel José Araújo Ribeiro ao referir que o trabalho da feira é difícil, no entanto, também proclamou o balanço muito positivo do resultado do muito trabalho que este Executivo tem efetuado com este dossiê. Constatou que ainda há muitos problemas a resolver na feira semanal, mas tem sido com rigidez nas regras e na transparência com todos os feirantes, sem exceção, que se têm avançado muito positivamente. Mais referiu que não pode haver dois pesos e duas medidas como acontecia com o Executivo anterior. No tópico seguinte de resposta ao deputado pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, anuiu que a Vila de Caldas das Taipas já é uma centralidade e precisamos continuamente de trabalhar para, cada vez mais, reforçar essa centralidade que somos. Essa centralidade não se apregoa de boca e este



Executivo tem aprofundado essa centralidade que consiste em fazer com qualidade o que as pessoas necessitam que seja feito, num quadro financeiro limitado e de priorização de ações.

No que concerne à rescisão do contrato com os CTT, a Junta atual foi coerente com o que foi previamente assumido junto da Comunidade e, mais uma vez, não faltaram à verdade. No ano de 2017, a Junta de Freguesia custeou um serviço que foi privatizado pelo PSD e agora de uma empresa privada que está cotada em bolsa. Hoje os cidadãos das Taipas estão melhor servidos do que estavam e devemos exigir sempre, junto das entidades responsáveis, um serviço público de qualidade e lutar quando este não estiver a ser prestado convenientemente. O contrato em vigor originava uma situação que era deficitária economicamente para a Junta de Freguesia, que estava ser acautelada com dinheiro público para uma empresa privada e que tanta falta faz para resolver os problemas da nossa Freguesia. Perante este quadro, o presidente da Junta de Freguesia concluiu que se esta postura é considerada politicamente ideológica, assume-a integralmente. Explicitou que a denúncia do contrato foi por mútuo acordo, ou seja, entre a Junta de Freguesia de Caldelas e os CTT, no resultado de uma avaliação insatisfatória das duas partes, do que foi a execução nos 6 meses de vigência daquele contrato. \_\_\_\_\_

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade com treze votos a favor. \_\_\_\_\_

#### **Ponto oito – Apreciação do inventário.** \_\_\_\_\_

O presidente da Junta apresentou resumidamente o documento de inventário. Começou por informar que há poucas alterações relativamente ao inventário apresentado no ano de 2017, destacando a remoção do terreno da praia seca, a aquisição de mobiliário na remodelação do edifício da Junta, e passa-se a citar entre aspas, “aquando da instalação dos CTT no valor de € 10000 (dez mil Euros)”, a aquisição de uma carrinha no valor de € 4500 (quatro mil e quinhentos mil Euros) e que no inventário constam 10 barracas, no entanto, o Executivo atual só encontrou 3,5 barracas. Já foram solicitadas informações, junto do Executivo anterior, para se saber do paradeiro das restantes 6 barracas, mas mais uma vez ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta. \_\_\_\_\_

O documento de Inventário está averbado no anexo quatro, que faz parte integrante desta ata.

Por estar a tecer comentários, o presidente da Mesa incitou o deputado Constantino Veiga a inscrever-se e a usar da palavra de acordo com o estipulado no regimento desta Assembleia. Em resposta, o deputado declinou a invitación. \_\_\_\_\_



Inscreveram-se para intervir os deputados deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães e o António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista.

O deputado pela coligação de partidos Juntos por Guimarães deu conta de que as barracas em falta estão na serralharia Vidal. No relatório de auditoria há referência à existência de artigos matriciais que estão afetos à Junta de Freguesia de Caldelas, no entanto, não significa que a autarquia seja a real proprietária. Neste seguimento, anuiu que se os auditores do relatório tivessem auscultado o anterior Executivo já não colocavam recomendações imprecisas e, neste caso, poderiam pelo menos ressaltar que já se tinha pedido aos Serviços de Finanças a atualização das inscrições das matrizes para os reais proprietários. \_\_\_\_\_

O deputado do Partido Socialista declarou estar esclarecido e prescindiu do uso da palavra. \_\_\_\_

Na prestação de esclarecimentos, o presidente da Junta de Freguesia, referiu que se teria evitado todos estes constrangimentos, com o paradeiro das 6 barracas e com a validação das “faturas surpresa”, se a informação dirigida, por via postal, ao presidente da Junta cessante, Constantino Veiga, tivesse sido devolvida, via formal, como foi solicitada em dois momentos distintos, nos dias 20 de março e 10 de abril de 2018. O presidente da Junta de Freguesia aproveitou o momento para solicitar ao deputado Manuel Ribeiro o documento de requerimento de atualização de inscrições na matriz que foi enviado aos serviços de Finanças. De seguida, informou que o Executivo está a elaborar um cadastro predial da Junta de Freguesia de Caldelas e constatou que relativamente ao prédio da “Caixa Geral de depósitos” só se encontrou a caderneta predial na qual está inscrita a Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

O deputado pela coligação de partidos Juntos por Guimarães solicitou um esclarecimento adicional e informou que o artigo matricial onde funciona atualmente o edifício da Junta é do Ministério da Saúde e, segundo julga saber, resultou de uma permuta entre a Câmara Municipal de Guimarães e esse Ministério com um terreno para a construção da USF de Ponte, estando também desatualizados no registo da matriz dos serviços de Finanças. Não concorda que o edifício onde funciona a Junta de Freguesia seja propriedade da Câmara Municipal de Guimarães, pois a Junta de Freguesia de Caldelas colocou 7000000 Escudos, equivalentes atualmente a € 350000 (trezentos e cinquenta mil Euros), provenientes da venda de artigos do edifício da “Caixa Geral de depósitos” e que deve, por isso, ser propriedade da Freguesia de Caldelas. \_\_\_\_\_



Na subsequente prestação de esclarecimentos, o presidente da Junta de Freguesia, referiu que na Junta de Freguesia não foi deixada qualquer informação escrita sobre a evolução temporal da propriedade destes artigos matriciais, nem tampouco foi realizado qualquer tipo de cadastro de bens imóveis. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa intermediou, propondo uma reunião entre o presidente da Junta de Freguesia e o deputado Manuel José Araújo Ribeiro para tratarem destas matérias; ambos manifestaram disponibilidade. \_\_\_\_\_

**Ponto nove – Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental do ano de 2018.** \_\_\_\_\_

A tesoureira da Junta, Cristina Marques Castro, apresentou resumidamente os documentos da 1ª revisão Orçamental do ano de 2018, tendo referido que, e passa-se a citar entre aspas, “A revisão orçamental número 1 é normalmente necessária para a inclusão do saldo da gerência anterior. Este ano, reforçamos a rubrica da receita “Transferências da Administração Local”, no montante de 3.000,00 €, proveniente do apoio aprovado em Assembleia Municipal a 23 de Fevereiro de 2018 para participar nos custos da organização da iniciativa “Vila Natal”. Receita esta que tem correspondência direta na despesa que lhe está associada na revisão orçamental da despesa. Acrescentamos ainda o reforço de 1.797,60 €, na mesma rubrica da receita, referente a um mês do contrato interadministrativo de delegação de competências para assegurar o apoio operacional nos estabelecimentos de Educação de Ensino Básico, que não foi contemplado no orçamento inicial. Mais uma vez, esta receita tem correspondência direta na despesa que lhe está associada na revisão orçamental da despesa. \_\_\_\_\_

Com o saldo de gerência transitado, destacamos o reforço nas seguintes rubricas de despesas: i) Despesas com o pessoal, levando em consideração o descongelamento das carreiras públicas; ii) Associações de Freguesias – ANAFRE, pois tivemos conhecimento que está por liquidar a quota do ano de 2014; iii) Vigilância e Segurança, pois, no seguimento das medidas levadas a cabo para implementar o plano estratégico de reorganização da feira semanal, em todos as suas vertentes, temos sentido necessidade de contratar reforço tanto por parte da entidade privada de segurança como por parte da GNR; iv) Instituições sem fins lucrativos, pois, em função do bom desempenho orçamental registado até agora, gostaríamos de reforçar o apoio às nossas coletividades.”. \_\_\_\_\_



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Autenticação

Livro n.º2, pág. 32 / 32

Os documentos supracitados de 1ª revisão orçamental do ano de 2018 estão averbados no anexo cinco, que fazem parte integrante desta ata. \_\_\_\_\_

Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato à votação e este ponto foi aprovado por unanimidade com treze votos a favor. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa solicitou o envio célere das intervenções escritas dos deputados. \_\_\_\_\_

Terminados os trabalhos, foi proposta a aprovação de uma minuta desta ata, que foi aprovada por unanimidade com treze votos a favor. \_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta e aprovada por unanimidade vai ser assinada pela Mesa, tendo de imediato o presidente da Assembleia dado os trabalhos por encerrados. \_\_\_\_\_

O presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

\_\_\_\_\_  
(Sérgio Nuno Pereira da Araújo)

O 1º secretário da Mesa  
da Assembleia de Freguesia,

\_\_\_\_\_  
(José Inácio da Fonseca)

A 2ª secretária da Mesa  
da Assembleia de Freguesia,

\_\_\_\_\_  
(Elia de Morais Pimenta)